

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 252/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
252/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MARIA DE LURDES MOURA ROCHA	09/10/2025 14:10 (v 1.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00088.000327/2025-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios sob demanda, conforme condições, quantidades, e exigências, estabelecidas neste instrumento:

Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
1	464374	Abacaxi pérola, fruta, apresentação natural	Unidade	400	1	400	R\$8,09	R\$3.236,00
2	464375	Abacaxi Ananas/HAVAI	Unidade	500	1	500	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
3	464380	Banana Nanica	Quilograma	200	1	200	R\$ 6,55	R\$ 1.310,00
4	464381	Banana prata, fruta, apresentação natural	Quilograma	130	1	130	R\$ 7,98	R\$ 1.037,40
5	464339	Kiwi, fruta, apresentação natural	Quilograma	50	1	50	R\$ 19,98	R\$ 999,00
6	464393	Laranja Pera, fruta, apresentação natural	Quilograma	6400	1	6400	R\$ 6,00	R\$ 38.400,00
7	464398	Limão Taiti, fruta, apresentação natural	Quilograma	100	1	100	R\$ 5,41	R\$ 541,00
8	464402	Maçã Red, fruta, apresentação natural	Quilograma	90	1	90	R\$ 11,99	R\$ 1.079,10
9	464400	Maçã Gala, fruta, apresentação natural	Quilograma	50	1	50	R\$ 11,25	R\$ 562,50
10	464405	Mamão Formosa, fruta, apresentação natural	Quilograma	800	1	800	R\$ 7,96	R\$ 6.368,00
11	464404	Mamão Papaia, fruta, apresentação natural	Quilograma	50	1	50	R\$ 7,16	R\$ 358,00
12	464407	Manga Palmer, fruta, apresentação natural	Quilograma	600	1	600	R\$ 6,61	R\$ 3.966,00
13	464406	Manga Tommy, fruta, apresentação natural	Quilograma	600	1	600	R\$ 6,38	R\$ 3.828,00
14	464418	Melancia, fruta, apresentação natural	Quilograma	600	1	600	R\$ 3,94	R\$ 2.364,00
15	464422	Melão REI- REDINHA, fruta, apresentação natural	Quilograma	800	1	800	R\$ 10,16	R\$ 8128,00
16	464328	Morango, fruta, apresentação natural, bandeja com 300g	Unidade	300	1	300	R\$ 8,99	R\$ 2.697,00
17	464429	Pêra Danjour, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 11,60	R\$ 696,00
18	464428	Pêra Portuguesa, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
19	464425	Pêra Williams, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 10,10	R\$ 606,00

20	464903	Uva Crimson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150	1	150	R\$ 15,23	R\$ 2.284,50
21	464365	Uva Thompson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150	1	150	R\$ 16,00	R\$ 2.400,00
22	464388	Caqui, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 14,00	R\$ 840,00
23	464430	Pinha/Fruta do conde, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 17,54	R\$ 1.052,40
24	464329	cereja caixa 100gr	Unidade	160	1	160	R\$ 23,50	R\$ 3.760,00
25	464436	Tangeria/pocan, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 7,90	R\$ 474,00
26	464333	Pêssego, fruta, apresentação natural	Quilograma	80	1	80	R\$ 24,83	R\$ 1.986,40
27	463898	Hortelã, apresentação natural	Unidade	10	1	10	R\$ 3,74	R\$ 37,40
28	463806	Tomate, apresentação natural	Quilograma	60	1	60	R\$ 6,62	R\$ 397,20
29	463832	Alface crespa, fruta, apresentação natural	Unidade	80	1	80	R\$ 4,47	R\$ 357,60
30	446618	Ovo, origem: galinha, grupo: Branco, classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Unidade	150	1	150	R\$ 17,50	R\$ 2.625,00
31	446622	Ovo, origem: galinha, grupo: Vermelho (caipira), classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Unidade	100	1	100	R\$ 23,48	R\$ 2.348,00
32	463770	Cenoura	Quilograma	60	1	60	R\$ 8,20	R\$ 492,00
TOTAL GRUPO 1								R\$ 98.630,50

GRUPO 2 - FRIOS								
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
33	446633	Queijo, mussarela, apresentação: peça	Quilograma	200	1	200	R\$ 43,90	R\$ 8.780,00
34	447776	Peito de peru defumado	Quilograma	120	1	120	R\$ 32,50	R\$ 3.900,00
35	447778	Lombo canadense	Quilograma	50	1	50	R\$ 31,47	R\$ 1.573,50
36	481100	Salame ITALIANO	Quilograma	50	1	50	R\$ 87,41	R\$ 4.370,50
37	447767	Presunto PARMA	Quilograma	50	1	50	R\$ 89,95	R\$ 4.497,50
38	447771	Presunto de PERNIL	Quilograma	120	1	120	R\$ 19,75	R\$ 2.370,00
39	464484	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g	Quilograma	360	12	360	R\$ 15,21	R\$ 5.475,60
40	464491	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g	Quilograma	360	12	360	R\$ 19,50	R\$ 7.020,00
41	464488	Polpa de fruta, tipo: cupuaçu, pct 100g	Quilograma	360	12	360	R\$ 17,50	R\$ 6.300,00
TOTAL GRUPO 2								R\$ 44.287,10

GRUPO 3 - PANIFICAÇÃO								
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
42	460397	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada	Quilograma	100	1	100	R\$ 32,08	R\$ 3.208,00
43	460396	Pão mini croissant, cerca de 25g cada	Quilograma	200	1	200	R\$ 45,50	R\$ 9.100,00
44	609217	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr	Unidade	180	1	180	R\$ 37,39	R\$ 6.730,20
45	258319	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis vários sabores,	Cento	72	1	72	R\$ 46,40	R\$ 3.340,80

		coxinha e risole						
TOTAL GRUPO 3								R\$ 22.379,00

GRUPO 4 - INDUSTRIALIZADOS								
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
46	463691	Óleo Vegetal Comestível de Girassol - 900ml	Garrafa	36	1	36	R\$ 15,60	R\$ 561,60
47	465693	Farinha de Tapioca hidratada	Quilograma	50	1	50	R\$ 8,23	R\$ 411,50
48	464013	Leite Condensado lata de 395 gr	Unidade	20	1	20	R\$ 6,46	R\$ 129,20
49	446533	Creme de Leite lata de 300gr	Unidade	20	1	20	R\$ 8,42	R\$ 168,40
50	460377	Mostarda Dijon 200 gr	Unidade	12	1	12	R\$ 20,39	R\$ 244,68
51	459663	Ketchup 380 gr	Unidade	12	1	12	R\$ 6,40	R\$ 76,80
52	225848	Queijo Parmesão ralado 100 gr	Unidade	260	1	260	R\$ 8,65	R\$ 2.249,00
53	487591	Goiabada Cascão	Quilograma	25	1	25	R\$ 16,50	R\$ 412,50
54	464882	Uva passa branca	Quilograma	20	1	20	R\$ 33,60	R\$ 672,00
55	464883	Uva passa preta	Quilograma	20	1	20	R\$ 26,16	R\$ 523,20
56	464530	Amêndoas torrada	Quilograma	20	1	20	R\$ 69,00	R\$ 1.380,00
57	459586	Fermento químico em pó para bolo 250G	Unidade	24	1	24	R\$ 10,90	R\$ 261,60
58	460265	Farinha de trigo	Quilograma	96	1	96	R\$ 4,94	R\$ 474,24
TOTAL GRUPO 4								R\$ 7.564,72
POR ITEM - ÁGUA MINERAL								
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.	Requisição mínima	Requisição máxima	Cotação 2025	Valor total
59	445479	Água mineral com gás	Garrafa de 350ml	1800	12	1800	R\$ 2,61	R\$ 4.698,00
60	445484	Água mineral sem gás	Garrafa de 350 ml	800	12	800	R\$ 1,65	R\$ 1.320,00
TOTAL								R\$ 6.018,00
VALOR TOTAL								R\$ 178.879,32

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, poderão ser renovados os exatos quantitativos estabelecidos pela Ata, desde que seja economicamente vantajoso, e ocorra dentro do período de vigência da Ata.

1.5. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

1.7. O critério de julgamento será pelo Menor Preço por Grupo e por item.

1.8. Quanto ao prazo de vigência da contratação, informo que será formalizada por Nota de Empenho, com prazo de entrega de até 30 dias, durante a execução da Ata de Registro de Preços, que tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares item 2, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

III) Id do item no PCA: 396, 397, 398, 399, 400 E 401

IV) Classe/Grupo: 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES;

8910 - OVOS E LATICÍNIOS;

8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS;

8905 - CARNES, AVES E PEIXES;

8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES;

8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-270/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em específico dos Estudos Técnicos Preliminares, tópico 6 apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, deverão respeitar fielmente as especificações dispostas neste Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:

3.2.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;

3.2.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem;

3.3. DA VALIDADE DO PRODUTO

3.3.1 Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação deverá obedecer ao disposto na Lei n. 12.305/2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resoluções RDC Anvisa 717/2022 e Instrução Normativa Número 60 de 2019 da Anvisa; artigo 8º da Lei n. 9782/99 risco a saúde pública - embalagens e Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. O uso de marcas de referências serve apenas como parâmetro de qualidade do objeto para facilitar sua descrição, podendo ser produto com a mesma qualidade ou que apresente características superiores aos destacados no item 1.1. deste Termo de Referência.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras de todos os itens da planilha destacados no item 1.1. deste Termo de Referência.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no (Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no prazo limite de 03 (três) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

1. Qualidade do produto;
2. conservação das embalagens;
3. prazo de validade.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Subcontratação

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14. Não será exigida garantia para a contratação, conforme art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 24 horas, contados da confirmação de recebimento por meio de "aceite da Nota de Empenho", encaminhada via correio eletrônico, em dias úteis e não úteis.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.4. Os produtos serão entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no local indicado, nos seguintes endereços:

5.4.1. UASG 110001 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

a) Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, no horário de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 16:30, nos telefones (61) 3411- 3215 e (61) 3411-5860.

5.5. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato decorrente do registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços anotará no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicar ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato decorrente do registro de preços:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente do registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato decorrente do registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato decorrente do registro de preços.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
3. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
5. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SI serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados da contratação e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução da contratação;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o , tudo nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992 Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas

exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/08/2025.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por GRUPO e por ITEM.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica

9.22. Não há exigência de Qualificação Econômica- Financeira e Qualificação Técnica, foram dispensadas considerando o que é previsto no inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, por ser entrega imediata sob demanda.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 178.879,32 (cento e setenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavo)**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 110001;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 168492;
- IV) Elemento de despesa: 339030.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília,

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05(cinco) dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 01(um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, dentro do prazo, nos locais solicitados, em dias úteis e não úteis, conforme exigências constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DE LURDES MOURA ROCHA

Cooordenadora de Subsistência



Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 14:06:44.

PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO

GR V



Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 14:10:25.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 134/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000327/2025-25

2. Descrição da necessidade

2.1 A Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas de gêneros alimentícios do Gabinete Pessoal do Presidente da República, além de ser responsável por fornecer os itens para a realização do serviço de copa completa para as reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto.

2.2 Considerando a proximidade de término de vigência das Atas de Registro de Preços nº 113, 114, 115 e 116/2024, por esta razão faz-se necessário realizar nova contratação para substituição das atas atualmente vigente, com vencimentos em 05/12/2025.

2.3 Os quantitativos são baseados em documento enviado pelo setor requisitante, sob responsabilidade do DGI/PR.

DEMANDA DA COPA DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA					
GRUPO 1 - HORTIFRUTI					
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade atual	Quantidade para próxima Ata
1	464374	Abacaxi pérola, fruta, apresentação natural	Unidade	400	400
2	464375	Abacaxi Ananas	Unidade	500	500
3	464380	Banana Nanica	Quilograma	200	200
4	464381	Banana prata, fruta, apresentação natural	Quilograma	130	130
5	464339	Kiwi, fruta, apresentação natural	Quilograma	25	50
6	464393	Laranja Pera, fruta, apresentação natural	Quilograma	6400	6400
7	464398	Limão Taiti, fruta, apresentação natural	Quilograma	100	100
8	464402	Maçã Red, fruta, apresentação natural	Quilograma	90	90
9	464400	Maçã Gala	Quilograma	50	50
10	464405	Mamão Formosa, fruta, apresentação natural	Quilograma	800	800
11	464404	Mamão Papaia, fruta, apresentação natural	Quilograma	50	50
12	464407	Manga Palmer	Quilograma	600	600

13	464406	Manga Tommy, fruta, apresentação natural	Quilograma	600	600
14	464418	Melancia, fruta, apresentação natural	Quilograma	600	600
15	464422	Melão Extra, fruta, apresentação natural	Quilograma	800	800
16	464328	Morango, fruta, apresentação natural, bandeja com 300g	Unidade	300	300
17	464429	Pêra Danjour, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	60
18	464428	Pêra Portuguesa, fruta, apresentação natural	Quilograma	60	60
19	464425	Pêra Williams	Quilograma	60	60
20	464903	Uva Crimson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150	150
21	464365	Uva Thompson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150	150
22	464388	Caqui	Quilograma	60	60
23	464430	Pinha/Fruta do conde	Quilograma	60	60
24	464329	cereja caixa 100gr	Unidade	160	160
25	464436	Tangeria/pocan	Quilograma	60	60
26	464333	Pêssego	Quilograma	80	80
27	463898	Hortelã, apresentação natural	Unidade	10	10
28	463806	Tomate, apresentação natural	Quilograma	60	60
29	463832	Alface crespa, fruta, apresentação natural	Unidade	80	80
30	446618	Ovo, origem: galinha, grupo: Branco, classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Unidade	100	150
31	446622	Ovo, origem: galinha, grupo: Vermelho (caipira), classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Unidade	100	100
32	463770	Cenoura	Quilograma	60	60
GRUPO 2 - FRIOS					
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade atual	Quantidade para próxima Ata
33	446633	Queijo, mussarela, apresentação: peça	Quilograma	200	200
34	447776	Peito de Peru Defumado	Quilograma	120	120
35	447778	Lombo Canadense	Quilograma	50	50
36	481100	Salame Italiano	Quilograma	50	50

37	447767	Presunto Parma	Quilograma	50	50
38	447771	Presunto de Pernil	Quilograma	120	120
39	464484	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g	Quilograma	360	360
40	464491	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g	Quilograma	360	360
41	464488	Polpa de fruta, tipo: cupuaçu, pct 100g	Quilograma	360	360
GRUPO 3 - PANIFICAÇÃO					
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade atual	Quantidade para próxima Ata
42	460397	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada	Quilograma	100	100
43	460396	Pão mini croissant, cerca de 25g cada	Quilograma	200	200
44	609217	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr	Unidade	180	180
45	258319	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis varios sabores, coxinha e risole	Cento	72	72
GRUPO 4 - INDUSTRIALIZADOS					
Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade atual	Quantidade para próxima Ata
46	463691	Óleo Vegetal Comestível de Girassol - 900ml	Garrafa	36	36
47	465693	Farinha de Tapioca hidradada	Quilograma	50	50
48	464013	Leite Condensado latta de 395 gr	Unidade	20	20
49	446533	Creme de Leite lata de 300gr	Unidade	20	20
50	460377	Mostarda Dijon 200g	Unidade	12	12
51	459663	Ketchup 380g	Unidade	12	12
52	225848	Queijo Parmesão ralado 100 gr	Unidade	260	260
53	487591	Goiabada Cascão	Quilograma	25	25
54	464882	Uva passa branca	Quilograma	0	20
55	464883	Uva passa preta	Quilograma	0	20
56	464530	Amêndoas torrada	Quilograma	0	20
57	459586	Fermento químico em pó para bolo 250g	Unidade	0	24
58	460265	Farinha de trigo	Quilograma	0	96
GRUPO 5 - ÁGUA MINERAL					

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade atual	Quantidade para próxima Ata
59	445479	Água mineral com gás	Garrafa de 350ml	0	1800
60	445484	Água mineral sem gás	Garrafa de 350ml	0	800

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GABINETE PRESIDENCIAL /DGI E SERVIÇO DE COPA COMPLETA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	Coordenação de Subsistência

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A presente aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações- PCA - DFD287/2024.
- 4.2. A contratação visa atender o Gabinete Pessoal do Presidente da república.
- 4.3. Os materiais deverão respeitar fielmente as especificações dispostas no Termo de Referência, além de apresentarem as características necessárias para sua aceitação, quais sejam:
- 4.3.1. Os produtos industrializados deverão estar devidamente embalados, apresentando a data de fabricação, de validade, além do nº do lote de fabricação;
 - 4.3.2. Os produtos não poderão apresentar furo ou violação da embalagem.

4.4. DA GARANTIA DO PRODUTO

- 4.4.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 /09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.
- 4.4.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.5. DA VALIDADE DO PRODUTO

- 4.5.1. Para produtos industrializados será exigida validade mínima de 06 (seis) meses a partir da emissão da Nota Fiscal;

4.6. DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA

- 4.6.1. O uso de marcas de referências serve apenas como parâmetro de qualidade do objeto para facilitar sua descrição, podendo ser produto com a mesma qualidade ou que apresente características superiores aos destacados no item 1.1.1 do Termo de Referência.

4.7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS:

- 4.7.1. Será solicitado amostra dos GRUPOS: 2, 3.4 e dos itens 59 e 60.
- 4.7.1.1. A amostra deverá ser entregue, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Subsistência no(Depósito de Gêneros Alimentícios), em frente ao Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF.

4.7.1.1.1. A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

4.7.1.2. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.8.1. O prazo de entrega é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento por meio da Nota de Empenho".

4.8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8.3. O recebimento definitivo dos produtos será feito pelo fiscal da Ata, imediatamente após sua entrega, atestando-se sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.8.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

4.8.5. Os produtos serão entregues de acordo com as especificações do Termo de Referência, nos locais indicados, no seguinte endereço:

a) Palácio do Planalto (Depósito de Gêneros Alimentícios): Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150- 900, em Brasília-DF.

4.8.6. No horário de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 16:30, nos telefones (61) 3411- 2869 e (61) 3411-3215.

4.8.7. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.8.8. É necessário que o fornecimento seja parcelado tendo em vista que grande parte dos produtos são destinados ao consumo diário do Gabinete Pessoal do Presidente da República, reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto, exigindo-se que a entrega seja parcelada, com recebimento semanal ou até mesmo diário.

4.8.9. Diante o exposto, faz-se necessário o parcelamento do fornecimento.

4.8.10. Considerando o disposto no artigo 7º do Decreto nº 11.462/2023, não será divulgada a Intenção de Registro de Preços - IRP, uma vez que pode implicar em um aumento da complexidade na gestão da contratação, com a necessidade de gerenciar diferentes demandas, prazos e condições específicas para cada órgão participante, o que impacta negativamente o processo, em razão da limitação na capacidade de gerenciamento do Órgão.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A aquisição de gêneros alimentícios são amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da administração.

5.2 Para o levantamento de mercado foram realizadas pesquisas no Painel de Preços, com contratos da Administração Pública e as Atas vigentes.

- 5.3 Como método para obtenção do preço estimado em atendimento ao Inciso I da IN 65/ 2021, foi adotada a metodologia da mediana para itens, que melhor atende o interesse da Administração.
- 5.4 Nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.
- 5.5 As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Considerando que a Coordenação de Subsistência é responsável por atender as demandas do Gabinete Presidencial, faz-se necessário realizar nova contratação para substituição das atas vigentes, com vencimento em dezembro de 2025.
- 6.2. A modalidade de licitação pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) é a ideal, tendo em vista que permite adequar as condições do planejamento à renovação do estoque, mediante o consumo, sem que comprometa a totalidade dos recursos financeiros e a estocagem, além da possibilidade da contratada fazer as entregas parceladas, conforme as necessidade da contratante.
- 6.3. O tipo de solução foi embasado na ata vigente, a qual se adequa melhor às pretensões da Presidência da República que é licitação na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), que garante o fornecimento do material sem a obrigatoriedade de compra.
- 6.4. A nova contratação proposta visa dar continuidade à prestação de serviços de gêneros Alimentícios ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, reuniões das autoridades da PR no Palácio do Planalto.
- 6.5. A metodologia adotada, para se obter o preço de referência, foi a média de preços, uma vez que, proporcionou uma visão mais próxima dos preços, atualmente praticados junto ao mercado.
- 6.6. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, serão renovados os exatos quantitativos estabelecidos pela Ata, desde que seja economicamente vantajoso, e ocorra dentro do período de vigência da Ata.
- 6.7. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente ETP.
- 6.8. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.
- 6.9. Os levantamentos de Mercado no item 5 do presente ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A quantidade licitada foi estimada baseada no histórico das contratações anteriores e na demanda da área requisitante, conforme documento SEI nº 6902990.

GRUPO 1 -HORTIFRUTI				
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.
1	464374	Abacaxi pérola, fruta, apresentação natural	Unidade	400
2	464375	Abacaxi Ananas/HAVAI	Unidade	500

3	464380	Banana Nanica	Quilograma	200
4	464381	Banana prata, fruta, apresentação natural	Quilograma	130
5	464339	Kiwi, fruta, apresentação natural	Quilograma	50
6	464393	Laranja Pera, fruta, apresentação natural	Quilograma	6400
7	464398	Limão Taiti, fruta, apresentação natural	Quilograma	100
8	464402	Maçã Red, fruta, apresentação natural	Quilograma	90
9	464400	Maçã Gala, fruta, apresentação natural	Quilograma	50
10	464405	Mamão Formosa, fruta, apresentação natural	Quilograma	800
11	464404	Mamão Papaia, fruta, apresentação natural	Quilograma	50
12	464407	Manga Palmer, fruta, apresentação natural	Quilograma	600
13	464406	Manga Tommy, fruta, apresentação natural	Quilograma	600
14	464418	Melancia, fruta, apresentação natural	Quilograma	600
15	464422	Melão REI- REDINHA, fruta, apresentação natural	Quilograma	800
16	464328	Morango, fruta, apresentação natural, bandeja com 300g	Unidade	300
17	464429	Pêra Danjour, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
18	464428	Pêra Portuguesa, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
19	464425	Pêra Williams, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
20	464903	Uva Crimson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150
21	464365	Uva Thompson, sem semente, fruta, apresentação natural	Quilograma	150
22	464388	Caqui, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
23	464430	Pinha/Fruta do conde, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
24	464329	cereja caixa 100gr	Unidade	160
25	464436	Tangeria/pocan, fruta, apresentação natural	Quilograma	60
26	464333	Pêssego, fruta, apresentação natural	Quilograma	80
27	463898	Hortelã, apresentação natural	Unidade	10
28	463806	Tomate, apresentação natural	Quilograma	60
29	463832	Alface crespa, fruta, apresentação natural	Unidade	80
30	446618	Ovo, origem: galinha, grupo: Branco, classe: a, tipo: grande, bandeja com 30	Unidade	150

		unidades		
31	446622	Ovo, origem: galinha, grupo: Vermelho (caipira), classe: a, tipo: grande, bandeja com 30 unidades	Unidade	100
32	463770	Cenoura	Quilograma	60
GRUPO 2 - FRIOS				
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.
33	446633	Queijo, mussarela, apresentação: peça	Quilograma	200
34	447776	Peito de peru defumado	Quilograma	120
35	447778	Lombo canadense	Quilograma	50
36	481100	Salame ITALIANO	Quilograma	50
37	447767	Presunto PARMA	Quilograma	50
38	447771	Presunto de PERNIL	Quilograma	120
39	464484	Polpa de fruta, tipo acerola, pct 100g	Quilograma	360
40	464491	Polpa de fruta, tipo graviola, pct 100g	Quilograma	360
41	464488	Polpa de fruta, tipo: cupuaçu, pct 100g	Quilograma	360
GRUPO 3 - PANIFICAÇÃO				
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.
42	460397	Pão mini Brioche, cerca de 25g cada	Quilograma	100
43	460396	Pão mini croissant, cerca de 25g cada	Quilograma	200
44	609217	Bolo Pronto - sabores diversos tamanho 500gr	Unidade	180
45	258319	Salgados Diversos tipo: coquetel, 20 gr congelado: quibe, pasteis varios sabores, coxinha e risole	Cento	72
GRUPO 4 - INDUSTRIALIZADOS				
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.
46	463691	Óleo Vegetal Comestível de Girassol - 900ml	Garrafa	36
47	465693	Farinha de Tapioca hidratada	Quilograma	50
48	464013	Leite Condensado lata de 395 gr	Unidade	20
49	446533	Creme de Leite lata de 300gr	Unidade	20

50	460377	Mostarda Dijon 200 gr	Unidade	12
51	459663	Ketchup 380 gr	Unidade	12
52	225848	Queijo Parmesão ralado 100 gr	Unidade	260
53	487591	Goiabada Cascão	Quilograma	25
54	464882	Uva passa branca	Quilograma	20
55	464883	Uva passa preta	Quilograma	20
56	464530	Amêndoas torrada	Quilograma	20
57	459586	Fermento quimico em pó para bolo 250G	Unidade	24
58	460265	Farinha de trigo	Quilograma	96
POR ITEM - ÁGUA MINERAL				
Nº do Item	CATMAT	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quant.
59	445479	Água mineral com gás	Garrafa de 350ml	1800
60	445484	Água mineral sem gás	Garrafa de 350 ml	800

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 178.879,32

8.1. Estimativa do valor da contratação - R\$ 178.879,32 (cento e setenta e oito mil e oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. É necessário que o fornecimento seja parcelado tendo em vista que grande parte dos produtos são destinados ao consumo diário do Gabinete Pessoal da Presidência da República e alguns produtos são perecíveis, exigindo-se que a entrega seja parcelada, com recebimento semanal ou até mesmo diário.

9.2. Diante o exposto, faz-se necessário o parcelamento do fornecimento.

9.3. Esclarecemos que a contratação será feita por grupos, sendo que o fracionamento por item é a regra geral das contratações públicas, sempre que assim for tecnicamente viável, a fim de se aumentar a competitividade pela ampla participação de licitantes, e em grupo no caso que a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades, ser mais atrativo por gerarem maior valor de contratação, possibilitando maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes.

9.4. A justificativa para o agrupamento dos itens (art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021), nestes termos:

a) compatibilidade técnica dos itens agrupados, uma vez que se baseou na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação;

b) ampliação do número de interessados na licitação, já que em grupo gera-se um maior vulto econômico, atraindo mais interessados, aumentando significativamente a competitividade;

c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço, quanto maior o número de interessados, menor os valores de contratação, gerando economicidade para Administração Pública; e

d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores) não são raros os casos de a Administração solicitar a entrega de materiais em pequenos volumes e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há nenhuma contratação correlata e/ou interdependentes com as necessidades da Presidência da República.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações de 2025, DFD 287/2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Coordenação de Subsistência pretende alcançar os seguintes resultados:

a) Cumprir as competências desta Coordenação;

b) Garantir o atendimento das necessidades do Gabinete Pessoal.

c) Atender as demandas referentes aos serviços de reuniões da Presidência da República.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há providências a serem adotadas, uma vez que os agentes públicos detém capacitação de cursos e experiências na atividade, como também a estrutura está adequada ao volume e acondicionamento de ambiente para a manutenção dos estoques.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há evidências de impactos ambientais na aquisição pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DE LURDES MOURA ROCHA

Coordenadora de Subsistência



Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 10:38:31.

PAULA VITORIA TEIXEIRA CASTRO

GR V



Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 14:09:26.